

**Compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial na Europa: Um  
estudo das empresas aderentes ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas**

por

Isabel Cristina da Silva Baptista

Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

2012

Orientada por:

Professor Doutor Manuel Castelo Branco

**Faculdade de Economia**

Universidade do Porto

## **Nota biográfica**

Isabel Cristina da Silva Baptista, nasceu em 6 de Junho de 1978, na freguesia de Santa Maria de Lamas, conselho de Santa Maria da Feira e distrito de Aveiro.

Em 1996 concluiu o ensino secundário, no Agrupamento de Humanidades, curso de carácter geral, no Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, com uma média de 11 valores.

No mesmo ano ingressou no ensino superior, inscrevendo-se na Licenciatura de Direito na Universidade Portucalense. No entanto, em 1998, interrompeu os estudos e iniciou a sua colaboração na empresa de família. Em 2009, retomou os estudos e concluiu a licenciatura em Direito na Universidade Lusíada Porto, com média final de 11 valores.

Ingressou na Faculdade de Economia da Universidade do Porto para frequentar o Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente no ano de 2010.

Paralelamente à sua colaboração na empresa de família, realiza a fase complementar de estágio na Ordem dos Advogados no Porto.

Concluiu a parte curricular do Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente em Fevereiro de 2012, com média de 13 valores. Nesta altura continua a sua viagem pelo mundo empresarial.

## **Resumo**

Neste trabalho, analisou-se o compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na Europa, procurando-se verificar se há diferenças de comportamento em função da região de origem. O compromisso com a RSE foi analisado através do grau de cumprimento da exigência de divulgação de um relatório designado *Communication on Progress* por parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (GC-ONU) e a percentagem de empresas pioneiras na adesão ao GC-ONU. Usou-se uma amostra de países europeus com empresas aderentes a esta iniciativa da ONU. Os resultados sugerem que o compromisso para com a RSE é bastante maior por parte das empresas dos países da Europa Ocidental quando comparados com os países do Ex-Bloco de Leste e que são as empresas dos países da Europa Ocidental em que a economia coordenada é mais forte (os países nórdicos) que esse compromisso é maior.

## **Abstract**

This work analyzes the commitment to Corporate Social Responsibility (CSR) from European companies and whether such commitment is different between countries belonging to different regions. The degree of commitment is proxied by the compliance with the communication requirements of the United Nations Global Compact and the percentage of early adherent companies. A sample of European companies which adhered to the UNGC has been used. Results suggest that the commitment of companies from Western Europe is greater than that of their counterparts from the Ex-Eastern Bloc and that within the western European countries those from the Nordic countries is greater.

## Índice

Nota biográfica .....	ii
Resumo .....	iii
Abstract .....	iii
Índice .....	iv
Índice de tabelas .....	v
1. Introdução.....	1
2. Revisão da literatura e hipóteses.....	3
3. Metodologia.....	13
4. Resultados.....	14
4.1. Análise descritiva .....	14
4.2. Testes de Hipóteses .....	15
5. Conclusão .....	18
6. Referências .....	20
Anexo: Amostra.....	24

## **Índice de tabelas**

Tabela 1: Caracterização da amostra .....	13
Tabela 2: Empresas consideradas non-communicating por região.....	14
Tabela 3: Empresas pioneiras por região .....	15
Tabela 4: Teste da hipótese 1 .....	15
Tabela 5: Teste da hipótese 2 .....	16
Tabela 6: Teste da hipótese 3 .....	16
Tabela 7: Teste da hipótese 4 .....	17

## 1. Introdução

A responsabilidade social empresarial (RSE) pode ser entendida como o compromisso contínuo das empresas de se comportarem de forma ética e contribuírem para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que melhoram a qualidade de vida da sua força de trabalho e das suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral (World Business Council for Sustainable Development, 1998).

São muitas as iniciativas de organizações nacionais e internacionais relacionadas com a RSE (o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a Global Reporting Initiative, os Princípios do Equador, etc.). O interesse das grandes empresas em instrumentos como os relatórios de sustentabilidade tem crescido a olhos vistos ao longo das últimas décadas (KPMG, 2008, 2011). Tudo isto é evidência de um crescimento e da importância da RSE. O reconhecimento da responsabilidade social implica a necessidade de identificar a importância da divulgação de informações sobre as atividades das empresas relacionadas com essa mesma responsabilidade.

Há muita literatura académica sobre RSE e o seu relato. Efetuaram-se várias revisões da literatura (Lockett et al, 2006; Mathews, 1997; Owen, 2008; Parker, 2005) e muitos estudos sobre o tema continuam a aparecer. No entanto, estudos empíricos que comparam as práticas de RSE entre diferentes países utilizando um enquadramento teórico que permita efetuar hipóteses de investigação sobre as diferenças ao nível dessas práticas são relativamente recentes (Chen and Bouvain, 2009; Jackson and Apostolakou, 2010; Gjøllberg, 2009).

Argandoña e von Weltzien Hoivik (2009, p. 229) argumentam que apesar de existirem elementos comuns entre os modelos anglo-saxónicos (americano e britânico) e os modelos europeus (Continental, Escandinávia, Mediterrâneo, Leste Europeu, etc)

de RSE, há também características singulares que os diferenciam. Este trabalho tem como objetivo principal perceber se essas diferenças se traduzem em diferenças em termos de envolvimento numa das principais iniciativas voluntárias relacionadas com a RSE, a saber, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (PG-ONU).

Em particular, este estudo trata a seguinte questão de investigação: apresentam os países europeus com modelos mais desenvolvidos de RSE maiores níveis de envolvimento no PG-ONU? O nível de envolvimento nesta iniciativa será analisado em termos de nível de incumprimento do requisito de divulgação de informação, percentagem de PME aderentes e percentagem de adesões nos primeiros anos de vida da iniciativa.

Para tal, utilizar-se-á um enquadramento de análise baseado na distinção entre economias de mercado liberais (LME) e as economias coordenadas de mercado (CMEs) (Chen and Bouvain, 2009; Jackson and Apostolakou, 2010), sendo o fornecimento de novos dados sobre as práticas de RSE das empresas com base nesses tipos de economias e a comparação destas práticas as duas principais contribuições deste estudo.

O próximo capítulo respeita à revisão da literatura relevante e desenvolve as hipóteses a testar. O capítulo 3 apresenta a metodologia seguida. O capítulo 4 apresenta a análise e discussão dos resultados. Finalmente, apresentam-se as principais conclusões e limitações do trabalho, assim como algumas sugestões para investigação futura.

## **2. Revisão da literatura e hipóteses**

A literatura sobre RSE é bastante extensa. Nos últimos anos, a ligação entre o conceito de RSE e desenvolvimento sustentável tem sido bastante explorada e a noção de “sustentabilidade empresarial”, a qual é entendida neste trabalho como uma designação diferente para as mesmas realidades que trata o conceito de RSE, tem adquirido um lugar proeminente em toda a investigação e agendas políticas nacionais e internacionais.

Bowen (1953) define a RSE como sendo um conjunto de obrigações dos gestores em adotar políticas e tomar decisões em prol da sociedade em que estão inseridos. Mas, como bem refere Dahlsrud (2008), o conceito de RSE é socialmente construído e ela não pode ter uma definição geral igual em todo o lado.

Por seu lado, o desenvolvimento sustentável é ainda um tema em evolução, não é um estado de harmonia fixo, mas sim um processo de mudança na exploração de recursos, da direção dos investimentos e mudanças de instituições que correspondem às necessidades de todos no presente e futuro (Moneva et al., 2006).

O relatório Brundtland em 1987 e as cimeiras do Rio e Joanesburgo, apoiados pela ONU ajudaram ao desenvolvimento e uma consciência compartilhada sobre as necessidades de refletir profundamente sobre a sociedade e formas de contribuir socialmente para a sobrevivência da terra e do mundo (Moneva et al., 2006). O conceito expresso no relatório Brundtland de que o “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades”, pode ser entendido como um reconhecimento dessas necessidades para as futuras gerações e partes interessadas (Isaksson, 2009). Este relatório enfatizou a interdependência entre o

relacionamento do desenvolvimento económico, ambiental e sociais. Depois do relatório de Brundtland em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável foi implementado pelas corporações e organizações empresariais (Moneva et al., 2006).

A relação íntima entre os dois conceitos tratados acima está bem patente na definição de RSE do World Business Council for Sustainable Development (1998), de acordo com a qual a RSE é entendida como um compromisso contínuo das empresas de se comportarem de forma ética e contribuírem para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que melhoram a qualidade de vida da sua força de trabalho e das suas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral. O desenvolvimento sustentável não é apenas um problema para as nações, mas também para um universo de empresas (Isaksson e Steimle, 2009).

Agir de forma socialmente responsável ou sustentável não significa apenas cumprir as normas legais, mas sim, ir além da conformidade e investir em capital humano, ambiental e nas próprias relações com todas as partes interessadas (Isaksson, 2009).

Na RSE encontramos um procedimento evolutivo, criativo e simétrico, valorizado cada vez mais pelos negociantes e consumidores (Nikolaeva, 2011). Assim a economia de mercado internaliza os aspetos ambientais e sociais nos seus sistemas de decisão. Aqui tem-se a expectativa que as empresas venham a gerar lucro e assim colaborar na concretização de objetivos sociais e ambientais através da incorporação da responsabilidade social na sua estratégia empresarial, bem como nas suas ferramentas de gestão e operações.

Entre os principais instrumentos que as empresas podem utilizar para se envolverem na RSE e comunicarem as suas atividades socialmente responsáveis contam-

se o GC-ONU e as diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI).

O GC-ONU teve origem numa proposta do secretário geral da ONU, Kofi Annan, em 2000. Inicialmente eram propostos nove princípios relacionados com a RSE nas áreas dos direitos humanos, trabalho e ambiente. Em 2004, acrescentou-se mais um novo princípio, o décimo, relacionado com a corrupção.

Atualmente, o GC-ONU estabelece dez princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anti-corrupção e visa impulsionar o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los. Estes dez princípios fundamentam-se em declarações aceites, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e Direitos Fundamentais e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. O PG-ONU tem carácter voluntário e orientado para diálogo e a aprendizagem. Procura materializar os seus princípios nas organizações de todo o mundo.

Os dez princípios dizem respeito a 4 áreas distintas, os direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Os direitos humanos são abordados nos dois primeiros princípios, de acordo com os quais as empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e certificar-se de que não são cúmplices em abusos dos direitos humanos.

Os quatro princípios seguintes dizem respeito ao trabalho, estipulando que as empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou

compulsório, a erradicação efetiva do trabalho infantil e a eliminação da discriminação no emprego e ocupação.

Depois, há três princípios relacionados com o meio ambiente, de acordo com os quais as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais, desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.

Finalmente, o décimo princípio do GC-ONU diz respeito ao combate à corrupção, estipulando que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno.

Às empresas aderentes ao GC-ONU exige-se que preparem e divulguem anualmente um relatório intitulado Communication on Progress (CoP) onde fornecem informação sobre as suas atividades para defesa dos princípios do GC-ONU. Se as empresas falham este requisito um ano, são designadas “non-communicating”. Se o fazem dois anos, são excluídas (*delisted*) do GC-ONU. A CoP pode ser incluída no relatório e contas ou no relatório de sustentabilidade, abrindo-se assim a porte para uma utilização conjunta do GC-ONU e das directrizes da GRI como instrumentos para as empresas implementarem as suas políticas de RSE.

Desde 2005, altura em que a política relacionada com a CoP referida no parágrafo anterior foi introduzida, mais do que 100m empresas foram consideradas como non-communicating e mais do que 250 forma excluídas (Jamali, 2010).

O GC-ONU tem sido criticado principalmente por não contemplar a verificação independente de infrações e penalizações para elas, sendo utilizado o mais das vezes como instrumento de marketing (Deva, 2006; Nason, 2008; Williams, 2004).

A GRI foi lançada em 1997 pelo United Nations Environment Programme, em colaboração com a Coalition for Environmentally Responsible Economies, para desenvolverem as diretrizes internacionais que as empresas utilizariam para elaborar os relatórios de sustentabilidade. A GRI propõe indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais. Em 1999 a GRI lançou como proposta as primeiras diretrizes, no entanto a primeira versão das diretrizes foi publicada em 2000 (GRI, 2000). Em 2002 foi lançada uma segunda versão (GRI, 2002) e a terceira versão, a mais recente, foi lançada em 2006 (GRI, 2006) e atualizada em 2011. Entende-se que este é o melhor conjunto de diretrizes para elaborar os relatórios de sustentabilidade a nível mundial (Brown et al., 2009; Isaksson e Steimle, 2009).

As diretrizes da GRI são um complemento importante para que o GC-ONU se torne uma força significativa, sendo um mecanismo adequado para verificar e monitorizar os esforços que as empresas têm realizado para estimular a transparência e responsabilização (Williams, 2004).

Neste estudo, utiliza-se a distinção entre economias de mercado liberal (EML) e economias de mercado coordenado (EMC) como enquadramento para análise das práticas de RSE. Tradicionalmente, a distinção é entre EML nos países anglo-saxónicos (Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, o Reino Unido e os EUA) e EMC na Europa Continental (quatro países nórdicos juntamente com, entre outros, Alemanha, Suíça, Áustria, Japão e Holanda ou Japão). De acordo com Jackson e Apostolakou (2010), as EML são caracterizadas por financiamento através de capital social, propriedade dispersa, mercados ativos para o controle corporativo, a cooperação fraca entre empresas e mercados de trabalho flexíveis. Por seu lado, as EMC são caracterizadas por um financiamento de longo prazo através de capital alheio, elevada

concentração acionista, mercados fracos para o controle corporativo, forte cooperação entre empresas mercados de trabalho rígidos. Os estudos que usam este tipo de enquadramento são poucos e recentes. Chen e Bouvain (2009), Gjølberg (2009), Jackson e Apostolakou (2010), Matten e Moon (2008) e Midttun et al. (2006) encontram-se entre os mais relevantes para este trabalho.

Midttun et al. (2006) analisaram o compromisso com a RSE como um sinal de reencastamento da economia num contexto social mais vasto, subsequente a um período de exposição ao mercado neoliberal, desregulamentação e separação das preocupações económicas e sociais. Estes autores procuraram explorar as relações entre este recente encastramento social da economia e as tradições mais antigas de encastramento (como o estado providência). O estudo empírico por eles efetuado passou por analisar como 17 países da Europa Ocidental e os EUA se posicionavam em termos de “velho” encastramento, comparando tal posicionamento com o posicionamento no ranking de RSE (novo encastramento). Foram testadas duas hipóteses: a primeira, de simetria de encastramento, assumia que haveria uma correlação positiva entre o velho e o novo encastramento; a segunda hipótese, pelo contrário, assumia o contrário. Os resultados globais oferecem algum suporte à ideia de relação simétrica entre o velho encastramento e o novo encastramento. Não obstante, uma análise mais fina revela muita diversidade nos resultados.

Matten e Moon (2008) compararam a RSE na Europa com a RSE nos EUA, tendo proposto uma distinção entre a RSE “implícita” e “explícita”. Estes autores sugeriram que as empresas oriundas de economias liberais, como a dos EUA, tendem a adotar uma forma mais explícita de RSE, enquanto as empresas de economias

coordenadas, como as europeias, têm uma RSE incorporada num quadro de regulamentação mais institucional e legal.

Chen e Bouvain (2009) compararam os relatórios de RSE nas páginas web de empresas dos EUA, do Reino Unido, da Austrália e da Alemanha. Estes autores consideraram que enquanto os EUA, o Reino Unido e a Austrália faziam parte do grupo das EML, já a Alemanha seria um exemplo importante de uma EMC. Procuraram perceber se adesão ao PG-ONU seria um fator explicativo importante do relato de RSE e se estaria a sobrepôr a fatores relacionados com o setor industrial e com o país de origem das empresas. A sua expectativa era a de se verificar uma importante semelhança entre o relato de RSE de empresas dos EUA, do Reino Unido e da Austrália, quando comparado com o relato de RSE das empresas alemãs. As conclusões do estudo de Chen e Bouvain sugerem que a adesão ao GC-ONU tem tido efeito apenas em certas áreas da comunicação da RSE, relativas ao meio ambiente e aos trabalhadores, verificando-se que a forma de promoção da RSE e os temas enfatizados no relato de RSE das empresas variam significativamente conforme o país de que são oriundas.

A distinção entre EMC e EML foi ainda mais desenvolvida por Jackson e Apostolakou (2010). Estes autores consideraram diversas subcategorias de EMC, cada uma delas agrupando os países latinos, os países nórdicos e os países da Europa central. Eles propuseram uma tipologia com quatro grupos diferentes de países: países anglo-saxónicos (Reino Unido, Irlanda), países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca), países da Europa Central (Suíça, Holanda, Alemanha, Bélgica, Áustria) e países latinos (Espanha, Portugal, França, Itália, Grécia). Os resultados do estudo de Jackson e Apostolakou descobriram no seu estudo que as empresas dos países anglo-saxónicos obtinham uma maior pontuação na maioria das dimensões da

responsabilidade social quando comparadas com as empresas dos países da Europa Central. Descobriram ainda que os três grupos de EMC poderiam ser ordenados relativamente à pontuação obtida nas três dimensões de RSE da seguinte forma: em primeiro lugar, com maior pontuação, os países anglo-saxónicos; em segundo lugar, os países da Europa central; em último lugar, os países latinos e os países nórdicos. Estes resultados não estavam de acordo com as expectativas e hipótese destes autores, de acordo com as quais seria verosímil a RSE espelhar os padrões de envolvimento institucionalizado dos stakeholders nas EMC, sendo expectável que as empresas com sede nos países de EMC adotassem práticas de RSE mais extensas do que as empresas com sede em países de EML.

Jackson e Apostolakou (2010) consideram que estes resultados dão suporte a tese de Matten e Moon (2008) de que as práticas voluntárias de RSE nas EML seriam um substituto para formas institucionalizadas de participação dos stakeholders características das EMC.

Outro estudo importante sobre este tópico que obteve resultados diferentes dos do de Jackson e Apostolakou (2010), é o de Gjørlberg (2009), que compara a RSE em 20 países da OCDE através do desenvolvimento de dois índices, um medindo as práticas de RSE e o outro medindo a desempenho em termos de RSE. Os dois índices revelam importantes diferenças entre os 20 países. Os dois índices apresentam resultados muito semelhantes, aparecendo em primeiro lugar a Suíça, seguida dos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), aos quais se seguem a Holanda, a Austrália, o Reino Unido e o Canadá. Portugal, Itália, Irlanda e Grécia apresentam-se no fim da tabela, em conjunto com os EUA.

Enquanto o estudo de Jackson e Apostolakou (2010) utilizou uma amostra de 274 empresas das 1000 maiores do mundo em termos de capitalização bolsista, Gjølborg (2009) não usou uma metodologia baseada em amostra de empresas. Poderá, por isso, dar uma imagem mais adequada das práticas e desempenho de RSE nacionais, uma vez que a maior parte do tecido empresarial da generalidade dos países não é constituído por empresas de grande dimensão e multinacionais.

Há também poucos estudos que comparem a RSE nos países da Europa Ocidental com os da Europa Central e de Leste. Entre os estudos que o fazem, destacam-se os de Reynaud et al. (2007) e de Steurer and Konrad (2009). Steurer and Konrad (2009) estudaram as diferenças entre a RSE das principais empresas dos países da Europa Ocidental e de alguns dos mais recentes países membros da União Europeia oriundos da Europa Central e de Leste que são líderes no relato de RSE. Uma das importantes descobertas do estudo é que os relatórios de responsabilidade social na União Europeia não é tão avançado e generalizado como na Europa Ocidental, mesmo entre as maiores empresas com uma forte orientação internacional.

Reynaud et al. (2007) analisaram se as decisões estratégicas são mais orientadas para aspetos sociais na Europa Ocidental e se são mais orientadas para o mercado nos países do Ex-Bloco de Leste Europeu. Os resultados sugerem que os gestores das empresas da Europa Ocidental têm uma forte orientação social. Reynaud et al. (2007) sugerem ainda que os gestores das empresas da Europa Ocidental podem estar mais predispostos e também serem mais capazes de desenvolver e implementar programas de RSE.

Com base nos estudos apresentado acima, as expetativas a testar no restante deste trabalho são as seguintes:

1. Entre as empresas aderentes ao GC-ONU, há uma maior percentagem de empresas consideradas “non communicating”, por não apresentarem uma *Communication on Progress* no prazo estipulado, entre as empresas de países do Ex-Bloco de Leste da Europa do que entre as empresas dos países da Europa Ocidental (hipótese 1);
2. Entre as empresas aderentes ao GC-ONU dos países da Europa Ocidental, há uma maior percentagem de empresas consideradas “non communicating”, por não apresentarem uma *Communication on Progress* no prazo estipulado, dos países latinos do que as dos outros países (hipótese 2);
3. Entre as empresas aderentes ao GC-ONU, os países da Europa Ocidental apresentam uma maior percentagem de pioneiras em termos de adesão (adesão nos dois primeiros anos, 2001 e 2002), do que os países do Ex-Bloco de Leste (hipótese 3);
4. Entre as empresas aderentes ao GC-ONU dos países da Europa Ocidental, os países nórdicos apresentam uma maior percentagem de pioneiras em termos de adesão (adesão nos dois primeiros anos, 2001 e 2002), do que os outros países (hipótese 4).

### 3. Metodologia

Para se efetuar este estudo recorreu-se à base de dados das organizações aderentes ao GC-ONU, disponível no seguinte endereço:

<http://www.unglobalcompact.org/participants/search>

Relativamente a todas as empresas oriundas de países europeus, recolheu-se informação sobre a data de adesão e o fato de serem consideradas “non communicating”. Numa primeira fase, foi recolhida informação atualizada até ao dia 30 de junho de 2012. Esta informação foi trabalhada e analisada, tendo sido possível obter os principais resultados deste estudo. Numa segunda, fase, atualizou-se a base de dados com informação atualizada até ao dia 20 de Setembro de 2012. Esta informação foi trabalhada e analisada e é a ela que dizem respeito os resultados apresentados neste estudo e a respetiva discussão.

Como se pode verificar na tabela 1, a amostra é composta por 46 países e 3481 empresas. A Europa de Leste apresenta 24 países e 480 empresas, enquanto a Europa Anglo Saxônica apenas 2 países (Reino Unido e Irlanda) e 196 empresas. A Europa do Norte e a Europa Mediterrânica contam 5 países cada uma, mas enquanto a primeira apresenta 458 empresas, a segunda apresenta 1183.

***Tabela 1: Caracterização da amostra***

<b>Região</b>	<b>N.º Países</b>	<b>N.º Empresas</b>
Europa Central	10	1164
Europa de Leste	24	480
Europa do Norte	5	458
Europa Mediterrânica	5	1183
Europa Anglo Saxônica	2	196
<b>Grand Total</b>	<b>46</b>	<b>3481</b>

## 4. Resultados

### 4.1. Análise descritiva

Como se pode verificar na tabela 2, conforme esperado, a percentagem de empresas não cumpridoras e consideradas non-communicating é bastante mais elevada nos países do Ex-Bloco de Leste do que nos países da Europa Ocidental (38% contra 15%). Por outro lado, verifica-se também que, de acordo com as expectativas expostas no capítulo anterior, são os países nórdicos os que apresentam uma menor percentagem de empresas não cumpridoras (6%).

**Tabela 2: Empresas consideradas non-communicating por região**

Região	N.º de Non-Communicating	% de non-communicating
Europa Anglo Saxônica	33	17%
Europa Central	187	16%
Europa de Leste	180	38%
Europa do Norte	28	6%
Europa Mediterrânica	207	17%
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>18%</b>

De acordo com os dados constantes da Tabela 3, a percentagem de empresas que aderiram ao GC-ONU nos dois primeiros anos (2001 e 2002) dos países do Ex-Bloco de Leste (0,21%) é bastante mais baixa do que a dos países da Europa Ocidental (1,67%). Não obstante, é de referir a baixa percentagem de empresas pioneiras entre as empresas dos países mediterrânicos (25%), pouco maior do que a dos países do Ex-Bloco de Leste. Verifica-se, por outro lado, que a região que apresenta maior percentagem de empresas pioneiras foi a Europa Anglo Saxônica (5,61%), seguida da Europa do Norte (2,62%). Este último resultado não está de acordo com as expectativas apresentadas no capítulo 3.

**Tabela 3: Empresas pioneiras por região**

Região	N.º pioneiras	% de pioneiras
Europa Anglo Saxônica	11	5,61%
Europa Central	24	2,06%
Europa de Leste	1	0,21%
Europa do Norte	12	2,62%
Europa Mediterrânea	3	0,25%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>1,47%</b>

#### 4.2. Testes de Hipóteses

Devido à natureza exploratória deste trabalho, são utilizados métodos estatísticos bivariados para testar as relações entre região (países da Europa Ocidental vs. países do Ex-Bloco de Leste e países da Europa do Norte vs. demais países da Europa Ocidental), percentagem de empresas cumpridoras e percentagem de pioneiras em termos de adesão. Mais especificamente, utilizou-se o teste de *Mann-Whitney*.

Relativamente à primeira hipótese, conforme se pode ver na tabela 4, a diferença entre os países da Europa Ocidental e os do Ex-Bloco de Leste em termos de não cumprimento é estatisticamente significativa, verificando-se que os países da segunda região referida se revelam bastante menos cumpridores. Aceita-se assim a primeira hipótese

**Tabela 4: Teste da hipótese 1**

Ranks				
	Região	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Cumprimento	Europa Ocidental	22	16,02	352,50
	Ex-Bloco de Leste	24	30,35	728,50
	Total	46		

  

Test Statistics	
	Cumprimento
Mann-Whitney U	99,500
Wilcoxon W	352,500
Z	-3,625
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

No que toca à segunda hipótese, os dados constantes da tabela 5 permitem confirmar que a diferença entre os países da Europa do Norte e os demais países da Europa Ocidental em termos de não cumprimento é estatisticamente significativa (para um grau de significância de 10%), verificando-se que os países da primeira região referida se revelam bastante mais cumpridores. Aceita-se também a hipótese 2.

**Tabela 5: Teste da hipótese 2**

Ranks				
	Região	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Cumprimento	Outros	17	12,82	218,00
	Europa do Norte	5	7,00	35,00
	Total	22		

  

Test Statistics	
	VAR00008
Mann-Whitney U	20,000
Wilcoxon W	35,000
Z	-1,773
Asymp. Sig. (2-tailed)	,076

A tabela 6 permite constatar que a diferença entre os países da Europa Ocidental e os países do Ex-Bloco de Leste em termos de percentagem de empresas aderentes nos dois primeiros anos de vida do GC-ONU, verificando-se que a percentagem de pioneiras nos países da primeira região é bastante superior ao da segunda. Aceita-se também a hipótese 3.

**Tabela 6: Teste da hipótese 3**

Ranks				
	Região	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Pioneiras	Europa Ocidental	22	29,64	652,00
	Ex-Bloco de Leste	24	17,88	429,00
	Total	46		

  

Test Statistics	
	Pioneiras
Mann-Whitney U	129,000
Wilcoxon W	429,000
Z	-3,737
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

A tabela 7 evidencia que a diferença entre os países da Europa do Norte e os demais países da Europa Ocidental em termos de percentagem de empresas aderentes

nos dois primeiros anos de vida do GC-ONU, verificando-se que a percentagem de pioneiras nos países da primeira região é bastante superior ao da segunda. Aceita-se também a hipótese 3.

**Tabela 7: Teste da hipótese 4**

Ranks				
	Região	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Pioneiras	Outros	17	10,56	179,50
	Norte da Europa	5	14,70	73,50
	Total	22		

Test Statistics	
	Pioneiras
Mann-Whitney U	26,500
Wilcoxon W	179,500
Z	-1,316
Asymp. Sig. (2-tailed)	,188

Os resultados obtidos permitem, em geral, confirmar os resultados obtidos em estudos anteriores. Conforme se pode verificar, em consonância com os resultados de Reynaud et al. (2007) e de Steurer and Konrad (2009), as empresas dos países da Europa ocidental revelam um maior compromisso com a RSE dos que as dos países do Ex-Bloco de Leste. Por outro lado, em consonância com as expectativas de Jackson e Apostolakou (2010) e os resultados de Gjølborg (2009), parece ser nos países onde a economia coordenada é mais forte (países nórdicos) que se verifica um maior comprometimento com a RSE.

## 5. Conclusão

A importância da RSE definida pela Comissão Europeia como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (European Commission, 2002), tem visto a sua importância aumentar nas últimas décadas.

Cada vez mais as empresas integram preocupações de natureza social e ambiental nas suas operações e na sua interação com os seus diversos stakeholders, não só como forma de assegurar um estatuto de legitimidade mas também como forma de aumentar a sua reputação, motivar os seus trabalhadores, etc. Ou seja, a RSE, é também vista como um investimento com os seus custos e benefícios.

Diversos instrumentos têm sido utilizados pelas empresas no estabelecimento de política de RSE. Um dos mais importantes e difundidos é sem dúvida o GC-ONU, criado em 2001.

Neste trabalho, procurou-se analisar a influência de fatores culturais no compromisso das empresas relativamente à RSE. Tal compromisso foi medido através do grau de cumprimento da exigência de divulgação de um relatório designado *Communication on Progress* por parte do GC-ONU e também pela percentagem de empresas pioneiras na adesão ao GC-ONU. Usou-se uma amostra de países europeus com empresas aderentes a esta iniciativa da ONU.

Os resultados sugerem que o compromisso para com a RSE é bastante maior por parte das empresas dos países da Europa Ocidental quando comparados com os países do Ex-Bloco de Leste, como de resto resultados de estudos anteriores sugeriam (Reynaud et al., 2007; Steurer and Konradl, 2009). Verificou-se também que são as empresas dos países da Europa Ocidental em que a economia coordenada é mais forte (os países

nórdicos) que esse compromisso é maior. Este resultado vai de encontro ao que tem vindo a ser sugerido por um conjunto de estudos sobre o tema (Chen and Bouvain, 2009; Jackson and Apostolakou, 2010; Gjørlberg, 2009; Midttun et al., 2006).

Uma das limitações deste estudo resulta, sem qualquer espécie de dúvida do fato de o compromisso com a RSE ter sido apenas medido através do envolvimento no GC-ONU. Por outro lado, também os métodos estatísticos utilizados são muito simples.

Como sugestões para investigação futura afiguram-se como particularmente interessantes a de utilizar mais dados disponíveis na base de dados do GC-ONU e recorrer a métodos estatísticos multivariados e a de usar, em conjunto com a adesão ao GC-ONU, a adesão a outros instrumentos de RSE (tal como a GRI).

## 6. Referências

- Argandoña, A. e von Weltzien Hoivik, H. (2009), “Corporate Social Responsibility: One Size Does Not Fit All. Collecting Evidence from Europe”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 89, pp. 221-234.
- Bowen, H.R. (1953), *Social Responsibilities of the Businessman*, New York: Harper & Brothers.
- Brown, H. S., de Jong, M. and Lessidrenska, T. (2009), “The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship”, *Environmental Politics*, Vol. 18, No. 2, pp. 182-200.
- Chen, S. e Bouvain, P. (2009), “Is Corporate Responsibility Converging? A Comparison of Corporate Responsibility Reporting in the USA, UK, Australia, and Germany”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 87, pp. 299-317.
- Comissão Europeia (2002), *Corporate Social Responsibility: A business contribution to sustainable development*, COM (2002) 347 final, Brussels: Official Publications of the European Commission, 2 July.
- Dahlsrud, A. (2008), “How corporate Social Responsibility Is Defined: An Analysis of 37 Definitions”, *Corporate Social Responsibility and Environment*, Vol. 15, Nº1, pp. 1-13.
- Deva, S. (2006), “Global Compact: A critique of the U.N.’s “public-private” partnership for promoting corporate citizenship”, *Syracuse Journal of International Law and Commerce*, Vol. 34, No. 1, pp. 107-151.

- Gjølberg, M. (2009), “Measuring the immeasurable? Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries”, *Scandinavian Journal of Management*, Vol. 25, pp. 10-22.
- GRI (Global Reporting Initiative) (2000), *Sustainability Reporting Guidelines*, Global Reporting Initiative.
- GRI (Global Reporting Initiative) (2002), *Sustainability Reporting Guidelines*, Global Reporting Initiative.
- GRI (Global Reporting Initiative) (2006), *Sustainability Reporting Guidelines*, Global Reporting Initiative.
- Isaksson, R. e Steimle, U. (2009), “What does GRI-reporting tell us about corporate sustainability?”, *The TQM Journal*, Vol. 21, No. 2, pp. 168-181.
- Jackson, G. e Apostolakou, A. (2010), “Corporate Social Responsibility in Western Europe: An Institutional Mirror or Substitute?”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 94, pp. 371-394.
- Jamali, D. (2010), “MNCs and International Accountability Standards Through an Institutional Lens: Evidence of Symbolic Conformity or Decoupling”, *Journal of Business Ethics*, Vol. 95, pp. 617-640.
- KPMG (2008), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005*, KPMG.
- KPMG (2011), *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*, KPMG.
- Lockett, A., Moon, J. and Visser, W. (2006), “Corporate Social Responsibility in Management Research: Focus, Nature, Salience and Sources of Influence”, *Journal of Management Studies*, Vol. 43, No. 1, pp. 115-136.

- Mathews, M. (1997), "Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?", *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 10, No. 4, pp. 481-531
- Matten, D. e Moon, J. (2008). "«Implicit» and «explicit» CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility". *Academy of Management Review*, Vol. 33, No. 2, pp. 404-424.
- Midttun, A., Gautesen, K. e Gjøølberg, M. (2006), "The political economy of CSR in Western Europe", *Corporate Governance*, Vol. 6, No. 4, pp. 369-385.
- Moneva, Jose M., Archel, Pablo e Correa, Carmen, (2006), "GRI and the camouflaging of corporate unsustainability", Elsevier, *Accounting Forum* 30, 121–137.
- Nason, R. W. (2008), "Structuring the Global Marketplace: The Impact of the United Nations Global Compact", *Journal of Macromarketing*, Vol. 28, No. 4, pp. 418-425.
- Nikolaeva, Ralitzka e Bicho Marta, (2011), "The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards", *J. of the Acad. Mark. Sci.* 39:136–157.
- Owen, D. (2008), "Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 21, No. 2, pp. 240-267.
- Parker, L. D. (2005), "Social and environmental accountability research: A view from the commentary box", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 18, No. 6, pp. 842-860.

Reynaud, E., Egri, C. P., Ralston, D. A., Danis, W., Starkus, A., Dabic, M., Wangenheim, F., Dalig, T., Castro, F., Potocan, V. V., Kavooosi, M., Molteni, M., Girson, I., Elenkov, D., Pla-Barber, J., Maignan, I., Weber, M. e Wallace, A. (2007), "The differences in values between managers in the European Union founding countries and managers in the new member countries: Social orientation or market orientation?", *European Management Journal*, Vol. 25, No. 2, pp 132-145

Steurer, R. e Konrad, A. (2009), "Business-society relations in Central-Eastern and Western Europe: How those who lead in sustainability reporting bridge the gap in corporate (social) responsibility", *Scandinavian Journal of Management*, Vol. 25, pp. 23-36.

UNGC (United Nations Global Compact) (2008), *Corporate Citizenship in the World Economy: UNGC*, UNGC.

Williams, O. F. (2004), "The UN Global Compact: The challenge and the promise", *Business Ethics Quarterly*, Vol. 14, No. 4, pp. 755-774.

World Business Council for Sustainable Development (1998), WBCSD Stakeholder Dialogue on CSR, the Netherlands

## Anexo: Amostra

País	Região	Empresas
Ireland	Europa Anglo Saxônica	6
United Kingdom	Europa Anglo Saxônica	190
Andorra	Europa Central	2
Austria	Europa Central	30
Belgium	Europa Central	36
France	Europa Central	718
Germany	Europa Central	227
Liechtenstein	Europa Central	1
Luxembourg	Europa Central	15
Monaco	Europa Central	3
Netherlands	Europa Central	74
Switzerland	Europa Central	58
Albania	Europa de Leste	2
Armenia	Europa de Leste	11
Azerbaijan	Europa de Leste	7
Belarus	Europa de Leste	43
Bosnia-Herzegovina	Europa de Leste	5
Bulgaria	Europa de Leste	36
Croatia	Europa de Leste	39
Czech Republic	Europa de Leste	10
Estonia	Europa de Leste	3
Georgia	Europa de Leste	11
Hungary	Europa de Leste	4
Kosovo	Europa de Leste	4
Latvia	Europa de Leste	9
Lithuania	Europa de Leste	57
Macedonia, The Former Yugoslav Republic of	Europa de Leste	12
Moldova, Republic of	Europa de Leste	14
Montenegro	Europa de Leste	4
Poland	Europa de Leste	48
Romania	Europa de Leste	8
Serbia	Europa de Leste	27
Slovakia	Europa de Leste	7
Slovenia	Europa de Leste	16
Ukraine	Europa de Leste	80
Russian Federation	Europa de Leste	23
Denmark	Europa do Norte	225
Finland	Europa do Norte	39
Iceland	Europa do Norte	7
Norway	Europa do Norte	55
Sweden	Europa do Norte	132
Cyprus	Europa Mediterrânica	9
Greece	Europa Mediterrânica	46
Italy	Europa Mediterrânica	103
Portugal	Europa Mediterrânica	39
Spain	Europa Mediterrânica	986
<b>Total</b>		<b>3481</b>